



Associação afirma que acusações divulgadas são levianas

08/02/2002

A Associação dos Parceiros e Credores das Fazendas Reunidas Boi Gordo (APCBG) divulgou nota à imprensa para afirmar que as notícias publicadas sobre a entidade são “levianas e insidiosas”. ([Veja notícia sobre o assunto](#)).

Nota à imprensa

COMUNICADO URGENTE

A APCBG, surpresa com as declarações levianas e insidiosas veiculadas nos noticiários no dia de ontem, 07 de fevereiro, visando acima de tudo manter informados os nossos associados investidores da Boi Gordo em geral, vem a público comunicar o seguinte:

I - A APCBG é uma associação civil sem fins lucrativos e tem como missão defender os seus associados principalmente os investidores das Fazendas Reunidas Boi Gordo que tão violentamente foram lesados deixando de receber o retorno dos investimentos ali aplicados.

II - Conforme é do conhecimento do associado e consta do recibo a ele entregue quando da sua filiação à APCBG, os 2% (dois por cento) pagos referem-se aos honorários advocatícios e são repassados imediatamente ao escritório de advocacia, não cabendo a esta associação o acompanhamento e o destino final desses valores.

III - A contribuição associativa mensal, pertencente à Associação, está sendo cobrada, a partir de Janeiro/2002, através de boleto bancário e, esta sim, depositada em conta corrente bancária da associação no BBV.

IV - Convém salientar que o trabalho jurídico desenvolvido pela Associação junto com o Escritório de Advocacia está, até o presente momento, cumprindo as suas finalidades específicas, ou seja, garantir aos associados, através do arresto e seqüestro de gado e bens, (é a única associação que conseguiu estas vitórias na Justiça) o pagamento de seus investimentos.

V - Estas vitórias na Justiça estão levando a pessoas interessadas em denegrir a imagem da APCBG a publicar notícias nem sempre verdadeiras que tem o manifesto propósito de difamar a APCBG e transformar as vítimas em réus.

VI - Que tomando como base inquérito administrativo apresentado pela CVM (n. RJ 2001/6094) no qual condena a Boi Gordo pela emissão irregular de títulos mobiliários (CIC's), chegando em certa ocasião o relator do processo, diante da negativa dos diretores em assumir responsabilidade pelos fatos a declarar: “aliás, diga-se que aceitar a negação geral utilizada pelos defendentes, significaria admitir que nenhum dos diretores seria responsável pessoalmente e que, portanto a companhia teria agido por **obra e graça do Espírito Santo** (grifo nosso) com o perdão da liberdade de expressão, mas é a que melhor exprime a situação



apresentada pela defesa. A APCBG entrou na justiça federal com representação criminal contra os controladores, administradores e ex-administradores da Boi Gordo para apuração de crimes do colarinho branco.

VII – A APCBG tem a plena certeza de que o Escritório de Advocacia Gonçalves Coelho logo após o carnaval, se confirmadas as alegações e insinuações publicadas, saberá tomar as medidas judiciais necessárias para salvaguardar o seu nome das leviandades publicadas.

APCBG

MIGUEL DIEZ GANDULLO

Secretário Executivo

[Veja quem ficou com o dinheiro dos credores da Boi Gordo](#)

[OAB-SP suspeita de falta de ética de associações](#)

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2002-fev-08/associacao_afirma_acusacoes_divulgadas_sao_levianas/